

**Plano Municipal de Educação
está tramitando na Câmara**

Página 6

**Férias coletivas e recesso também para
CEIs e Emeis são conquistas do SINPEEM**

Página 6

NOVEMBRO DE 2012 – ANO 16 – Nº 126 – FILIADO À CNTE, À CUT E AO DIEESE

JORNAL DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO
NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SINPEEM



**SINPEEM mantém
luta por mudanças
na lei que cria
referências**

Página 6

SINPEEM SEMPRE NA DEFESA DOS DIREITOS DA CATEGORIA

Os reajustes de 10,19%, em maio de 2013, e de 13,43%, em maio de 2014, para todos os profissionais de educação da rede municipal de ensino de São Paulo são conquistas da luta e pressões que realizamos junto ao governo. Não abrimos mão deste direito e vamos exigir o cumprimento da lei. **Páginas 3 e 4**

23º Congresso de Educação: delegados debatem e APROVAM REIVINDICAÇÕES DEFENDIDAS PELO SINPEEM

Entre os dias 06 e 09 de novembro o SINPEEM realizou o 23º Congresso de Educação, no Palácio das Convenções do Anhembi. Durante os quatro dias do evento, os delegados aprovaram as Resoluções, a partir dos debates do Texto Referência e das emendas apresentadas pelos diversos grupos de associados que atuam no sindicato. As Resoluções contêm deliberações da categoria aprovadas em congressos anteriores ou outras instâncias da categoria. Os delegados também participaram de palestras que abordam temas importantes para o cotidiano escolar e contaram com atividades culturais variadas. **Páginas 10 a 17**

**Sindicato lutará
pelo atendimento às
reivindicações dos
profissionais de educação.**
Páginas 2 e 5



Fernando Cardozo

SINPEEM Park Hotel e SINPEEM Peruíbe Hotel

Página 20

EDITORIAL

Novos desafios para o SINPEEM

Em todas as eleições é recorrente o uso da educação como plataforma política da maioria dos candidatos e as eleições municipais deste ano não fugiram à regra. Durante a campanha eleitoral, muitas foram as promessas.

Em São Paulo, no primeiro turno das eleições, os 12 candidatos a prefeito deram ênfase à educação como uma das prioridades do governo municipal, principalmente a educação infantil de zero a três anos de idade, considerada um dos pontos críticos da educação municipal, com déficit atual de mais de 130 mil vagas. No segundo turno não foi diferente.

Eleito prefeito de São Paulo para a gestão 2013 a 2016, Fernando Haddad tomará posse em 01 de janeiro.

O SINPEEM, como a única entidade que representa exclusivamente os profissionais de educação, pressionará e exigirá que o prefeito Haddad cumpra os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral para a educação, além do atendimento às reivindicações da categoria, que incluem educação pública, laica, gratuita e de qualidade social para todos, em todos os níveis; fim das terceirizações e convênios, incorporação do PDE aos padrões de vencimentos, transformação do agente escolar em ATE, transformação do agente de apoio em agente escolar, alteração da lei salarial que vincula 40% das receitas com despesas de

pessoal, construção de escolas, redução do número de alunos por sala de aula, isonomia entre ativos e aposentados, valorização de todos os profissionais de educação, realização de concursos públicos, entre tantos outros itens aprovados em nossas reuniões de representantes sindicais, do Conselho Geral, em nossos congressos e deliberados nas assembleias que realizamos.

A aplicação dos princípios e diretrizes educacionais que o SINPEEM defende visa à democratização do acesso e da permanência na escola e a urgente necessidade da elevação da qualidade de ensino, com a valorização de seus profissionais.

Continuaremos lutando pelo atendimento a todas as nossas reivindicações e cobraremos o cumprimento das promessas de campanha.

Como sempre, exerceremos o papel que nos cabe. Não o de agir em oposição sistemática ou de apoio ao governo, mas a de defender e lutar pelos interesses da educação e pelo atendimento às reivindicações da categoria. Esta tem sido a nossa marca de atuação. E assim será diante do novo governo. Autonomia, independência em defesa da categoria e da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todos.

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA

Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Av. Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br - e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br - imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	Adelson Cavalcanti de Queiroz
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleide Filizola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação	Miriam Halcsih Machado
Secretária de Assuntos Jurídicos	Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos	Lourdes Quadros Alves
Secretária de Formação	Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Formação	Gicélia Santos Silva
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais	Eliazar Alves Varela
Secretária de Política Sindical	João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Reni Oliveira Pereira
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	Rogério Marcos de Melo
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Myrtes Faria da Silva
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Patrícia Pimenta Furbino
Secretária de Políticas Sociais	Luzinete Josefa da Rocha
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador	Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização de Subsedes/Regional	José Donizete Fernandes

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Alexandre Pinheiro Costa
Almir Bento de Freitas
Edson Silvino Barbosa da Silva
Eduardo Terra Coelho
Fidelcino Rodrigues de Oliveira
João Antonio Donizzetti Carvalho
José Corsino da Costa
Júlia Maia
Lílian Maria Pacheco
Marcelo Alves Nishikata
Maria Aparecida Freitas Sales
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende
Teresinha Chiappim

Jornalista responsável:
Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves
Impressão: Brasil Impresso
54 mil exemplares - Distribuição gratuita

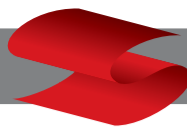
TABELA DE VENCIMENTOS

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	773,94	824,24	877,81	934,86	995,63
QPE-02	824,24	877,81	934,86	995,63	1.060,36
QPE-03	877,81	934,86	995,63	1.060,36	1.129,26
QPE-04	934,86	995,63	1.060,36	1.129,26	1.202,66
QPE-05	995,63	1.060,36	1.129,26	1.202,66	1.280,87
QPE-06	1.060,36	1.129,26	1.202,66	1.280,87	1.364,10
*QPE-07	1.129,26	1.202,66	1.280,87	1.364,10	1.452,78
*QPE-08	1.202,66	1.280,87	1.364,10	1.452,78	1.547,19
*QPE-09	1.280,87	1.364,10	1.452,78	1.547,19	1.647,78
*QPE-10	1.364,10	1.452,78	1.547,19	1.647,78	1.754,89
*QPE-11	1.452,78	1.547,19	1.647,78	1.754,89	1.868,95
*QPE-12	1.547,19	1.647,78	1.754,89	1.868,95	1.990,44
*QPE-13	1.647,78	1.754,89	1.868,95	1.990,44	2.119,80
*QPE-14	1.754,89	1.868,95	1.990,44	2.119,80	2.257,59
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	861,15	917,12	976,74	1.040,30	1.107,88
QPE-12	917,12	976,74	1.040,30	1.107,88	1.179,87
QPE-13	976,74	1.040,30	1.107,88	1.179,87	1.256,50
QPE-14	1.040,30	1.107,88	1.179,87	1.256,50	1.338,21
QPE-15	1.107,88	1.179,87	1.256,50	1.338,21	1.425,21
QPE-16	1.179,87	1.256,50	1.338,21	1.425,21	1.517,94
QPE-17	1.256,50	1.338,21	1.425,21	1.517,94	1.616,49
QPE-18	1.338,21	1.425,21	1.517,94	1.616,49	1.721,65
QPE-19	1.425,21	1.517,94	1.616,49	1.721,65	1.833,59
QPE-20	1.517,94	1.616,49	1.721,65	1.833,59	1.952,80
QPE-21	1.616,49	1.721,65	1.833,59	1.952,80	2.079,62
JBD – 30 horas/aula – Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	1.291,76	1.375,78	1.465,16	1.560,43	1.661,85
QPE-12	1.375,78	1.465,16	1.560,43	1.661,85	1.769,85
QPE-13	1.465,16	1.560,43	1.661,85	1.769,85	1.884,89
QPE-14	1.560,43	1.661,85	1.769,85	1.884,89	2.007,42
QPE-15	1.661,85	1.769,85	1.884,89	2.007,42	2.137,85
QPE-16	1.769,85	1.884,89	2.007,42	2.137,85	2.276,81
QPE-17	1.884,89	2.007,42	2.137,85	2.276,81	2.424,91
QPE-18	2.007,42	2.137,85	2.276,81	2.424,91	2.582,55
QPE-19	2.137,85	2.276,81	2.424,91	2.582,55	2.750,35
QPE-20	2.276,81	2.424,91	2.582,55	2.750,35	2.929,04
QPE-21	2.424,91	2.582,55	2.750,35	2.929,04	3.119,53
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
**QPE-11	1.722,28	1.834,24	1.953,47	2.080,60	2.215,76
**QPE-12	1.834,24	1.953,47	2.080,60	2.215,76	2.359,72
**QPE-13	1.953,47	2.080,60	2.215,76	2.359,72	2.513,00
**QPE-14	2.080,60	2.215,76	2.359,72	2.513,00	2.676,44
**QPE-15	2.215,76	2.359,72	2.513,00	2.676,44	2.850,41
**QPE-16	2.359,72	2.513,00	2.676,44	2.850,41	3.035,90
**QPE-17	2.513,00	2.676,44	2.850,41	3.035,90	3.233,00
**QPE-18	2.676,44	2.850,41	3.035,90	3.233,00	3.443,28
**QPE-19	2.850,41	3.035,90	3.233,00	3.443,28	3.667,21
**QPE-20	3.035,90	3.233,00	3.443,28	3.667,21	3.905,62
**QPE-21	3.233,00	3.443,28	3.667,21	3.905,62	4.159,23
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	2.296,48	2.445,79	2.604,83	2.774,06	2.954,44
QPE-12	2.445,79	2.604,83	2.774,06	2.954,44	3.146,38
QPE-13	2.604,83	2.774,06	2.954,44	3.146,38	3.350,89
QPE-14	2.774,06	2.954,44	3.146,38	3.350,89	3.568,66
QPE-15	2.954,44	3.146,38	3.350,89	3.568,66	3.800,68
QPE-16	3.146,38	3.350,89	3.568,66	3.800,68	4.047,80
QPE-17	3.350,89	3.568,66	3.800,68	4.047,80	4.310,89
QPE-18	3.568,66	3.800,68	4.047,80	4.310,89	4.591,07
QPE-19	3.800,68	4.047,80	4.310,89	4.591,07	4.889,47
QPE-20	4.047,80	4.310,89	4.591,07	4.889,47	5.207,33
QPE-21	4.310,89	4.591,07	4.889,47	5.207,33	5.545,75
QPE-22	4.591,07	4.889,47	5.207,33	5.545,75	5.906,29
J-40 horas / agentes de apoio e vigias					
B-1					440,39
B-2					469,03
B-3					499,50
B-4					531,96
B-5					566,55
B-6					603,37
B-7					642,59
B-8					684,38
B-9					728,83
B-10					776,23

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs

** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

Observação: tabelas com a aplicação do índice de 10,19% em maio.
Decreto nº 53.161, publicado no DOC de 22/05/2012 (páginas 01 e 03).



Reajustes estão garantidos em lei **PARA ATIVOS E APOSENTADOS**

Não foi nada fácil conquistar e incluir em lei, como direito, os reajustes de 10,19%, em maio de 2013, e 13,43%, em maio de 2014. Mas, conquistado e aprovado em lei, após muita pressão e negociação com o Executivo e a Câmara Municipal, não podemos aceitar qualquer iniciativa de, quem quer que seja, para suprimi-los.

Para conseguir a fixação dos pisos remuneratórios com a incorporação de abonos complementares e gratificações, que resultaram na elevação dos padrões de vencimentos dos profissionais de educação que

estão em atividade e de todos os aposentados com direito à paridade, apresentamos ao governo nossas reivindicações, pressionamos e, agindo taticamente, considerando a correlação de forças existentes, a política salarial do governo e o momento em que nenhuma outra categoria de servidores municipais conseguiu reajuste anual superior a 0,01%, negociamos.

Na negociação, fomos à luta. Realizamos manifestações, paralisações e greve sempre que foi preciso, com a participação significativa da categoria.

Gratificações foram meios para chegarmos aos índices de reajustes superiores aos obtidos pelos demais servidores municipais e demais trabalhadores

Em 2006, realizamos a greve que durou 17 dias. Saímos vitoriosos, com a garantia de que o programa “pré e pós aula” seria revisto e com atendimento a várias reivindicações, entre elas a manutenção das salas de leitura, dos laboratórios de informática, evolução para o quadro de apoio, pagamento e antecipado do PDE, lo-

gística própria e gestão dos programas Leve-leite, uniformes e material escolar, para desoneração da escola e de seus profissionais; realização de concursos, aumento de referências para o quadro de apoio, auxílio-alimentação, pagamento dos 17 dias de greve e apresentação, pelo governo, de proposta salarial.

Incorporação: conquista do SINPEEM

Conforme compromisso assumido durante a greve, o governo apresentou sua proposta salarial em junho de 2006, na forma de aplicação de gratificações.

Não aceitamos gratificações para os docentes que não levassem em consideração as jornadas de trabalho e que não fossem incorporados, para

assegurar a isonomia entre professores regentes de classe/aula, não regentes e aposentados.

Nosso posicionamento e luta valeu a pena. Conquistamos a incorporação e fixação de uma política de elevação do valor do piso salarial dos docentes, quadro de apoio e gestores.



Direitos foram conquistados com mobilização, luta e pressão da categoria

Fixação dos pisos e incorporação das gratificações e dos abonos complementares resultaram em reajustes para ativos e aposentados com paridade

Em todas as campanhas que realizamos em nossa data-base reivindicamos aumento nunca inferior à inflação, reposição, aumento real e elevação do valor do piso da categoria sem que sejam descaracterizados os mecanismos de desenvolvimento na carreira e dos direitos obtidos com a evolução, promoção por merecimento e antiguidade; quinquênios e sexta parte.

Atuamos desta forma e conseguimos a incorporação das gratificações e dos abonos complementares de piso, que resultaram na fixação dos pisos nos valores que constam da Tabela 1 e nos reajustes para ativos e aposentados, contidos na Tabela 2, conforme segue.

TABELA 1

PISOS DOS DOCENTES

JB	RS 1.300,00
JBD	RS 1.950,00
Jeif	RS 2.600,00

TABELA 2

PISOS DOS GESTORES

coordenador pedagógico	RS 3.692,70
diretor escolar	RS 4.188,21
supervisor escolar	RS 4.460,40

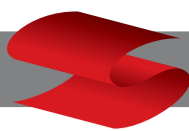
PISOS DO QUADRO DE APOIO

agente escolar	RS 967,33
auxiliar técnico de educação	RS 1.097,11

REAJUSTES 2008 - 2014

2008	20% - sobre o padrão de abril de 2008
2009	8,75% - sobre o padrão de abril de 2008
2010	8,75% - sobre o padrão de abril de 2008
2011	10,19% - sobre o padrão de abril de 2010
2012	10,19% - sobre o padrão de abril de 2011
2013	10,19% - sobre o padrão de abril de 2012
2014	13,43% - sobre o padrão de abril de 2013





66,95% entre abril de 2008 e maio de 2012: conquista da nossa luta



Fernando Cardozo

Convocada pelo SINPEEM, a categoria foi para as ruas reivindicar seus direitos

108% acumulados entre abril de 2008 e maio de 2014

Os profissionais de educação do ensino municipal, ativos e aposentados com direito à paridade, são os únicos servidores da Prefeitura de São Paulo e de outras categorias de servidores públicos do Brasil, que têm direito garantido de reajustes para os dois próximos anos.

Não há também, entre os trabalhadores assalariados da iniciativa privada quem já tenha reajuste assegurado para 2013 e 2014.

Esta conquista não aconteceu sem luta e negociação. Foram necessárias paralisações e greve, mas conquistamos, embora quiséssemos que fosse diferente e em per-

centual maior.

Em maio de 2013, todos terão reajuste de 10,19% sobre os padrões de vencimentos, como resultado da incorporação da totalidade para alguns e/ou parte do abono complementar de piso para outros.

Índice de reajuste conquistado pelo SINPEEM e contido em lei aprovada pela Câmara Municipal.

Já em maio de 2014 os profissionais de educação terão a aplicação de 13,43% sobre os padrões de vencimentos, encerrando o pagamento de abono complementar de piso e totalizando reajuste de 108% entre abril de 2008 e maio de 2014.

Reajuste acima da inflação, mas ainda abaixo do que reivindicamos

O reajuste de 108% nos seis últimos anos é conquista importante, posto que este índice está acima da inflação acumulada no mesmo período. Mas, ainda é insuficiente para atingirmos uma remuneração compa-

tível com a importância social da categoria e para as suas necessidades.

Ainda assim, não abrimos mão do nosso direito e reconhecemos como direito obtido somente em função da nossa luta.

Com as pressões e negociações realizadas pelo SINPEEM, os profissionais de educação conquistaram reajustes não obtidos por nenhuma outra categoria do funcionalismo municipal e mesmo de outras categorias de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

Os servidores da Prefeitura, por exemplo, tiveram anualmente, desde 2003, reajustes nunca superiores a 0,01%, ficando alguns cargos, so-

mente com bônus e gratificações que não foram incorporados.

Já os profissionais de educação, ativos e aposentados com direito à paridade, somaram, entre abril de 2008 e maio de 2012, reajuste acumulado de 66,95%. Com certeza, índice abaixo do que reivindicamos e merecemos, mas superior ao aplicado aos demais servidores, graças à luta e capacidade de negociação do SINPEEM.

Garantir a aplicação e ampliação dos reajustes

Os reajustes de 2013 e 2014 são conquistas e direito. Portanto, não podemos, de forma alguma, aceitar que não sejam aplicados.

Durante o Congresso que realizamos, aprovamos a ratificação de nossa reivindicação pela antecipação do reajuste de 13,43% garantido para 2014.

Defendemos que o novo governo antecipe o pagamento para maio de 2013, podendo ser através do enquadramento em duas referências superiores às que se encontram os atuais profissionais de educação ativos e aposentados, com ampliação da quantidade de referências.

Responderemos com luta e mobilização a qualquer tentativa de não aplicação ou revogação da lei

Durante os debates ocorridos no segundo turno para a eleição do prefeito, os dois candidatos afirmaram que aplicarão os dois reajustes conquistados pelo SINPEEM e fixados em lei.

Não pode ser diferente e reagiremos contra qualquer iniciativa em sentido contrário.

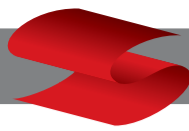
Além destes índices, reivindicamos aumento real dos salários, elevação dos pisos, ampliação das tabelas de vencimentos e atendimento às reivindicações que constam da nossa pauta, aprovadas em congresso e deliberadas em assembleia da categoria.

SINPEEM entregará pauta de reivindicações ao novo governo para negociação na data-base da categoria

Como sempre procedemos, aprovaremos a nossa pauta de reivindicações a partir de debates realizados em cada unidade de trabalho, aprovação indicativa na primeira reunião de representantes sindicais, do Conselho Geral do SINPEEM e deliberação em assembleia geral, convocada para esta finalidade.

Com a pauta aprovada, entregaremos o documento ao governo, com pedido de instalação do processo negocial.

Também como sempre fizemos, buscaremos o diálogo, visando ao atendimento às reivindicações sem renunciarmos ao processo de mobilização da categoria, para exercer a legítima pressão.



Promessas de Haddad para São Paulo

Eleito prefeito de São Paulo para a gestão de 2013 a 2016, Fernando Haddad tem pela frente o desafio de cumprir as promessas de campanha, que não são poucas.

O déficit de vagas para crianças de zero a três anos na rede municipal de ensino, por exemplo, foi apontado, durante o período eleitoral, como um dos principais problemas da educação. Atualmente, de acordo com dados disponibilizados no site da Secretaria Municipal de Educação, a Prefeitura conta com 359 Centros de Educação Infantil (CEIs) diretos, 343 indiretos e 870 creches conveniadas. No entanto, a fila de espera passa de 130 mil crianças.

Entre as promessas de campanha para solucionar este problema, inclusive as feitas por Haddad, estão a construção de unidades e a fixação de convênios com instituições particulares, o que, para os profissionais de educação significa intensificar o processo de privatização dos serviços públicos.

O SINPEEM, como sempre, acompanhará o novo governo e pressionará para todas as reivindicações da categoria que fazem parte das políticas permanentes defendidas pelo sindicato sejam atendidas.

Veja algumas promessas de Haddad para a educação e outros setores:

rupção, e um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

HABITAÇÃO:

- combater a escassez de moradia e o problema da distância entre casa e emprego, repondo o Centro. Em quatro anos, São Paulo terá 55 mil novas moradias instaladas também em áreas distantes do Centro. As propostas incluem urbanização de favelas, reforma de habitações em estado precário e remoção de famílias das áreas de risco.

MEIO AMBIENTE:

- a questão do meio ambiente passa pela redefinição urbanística, por uma descompressão da cidade, que também chega às águas. Os rios paulistanos devem, de fato, voltar à vida, com significado ecológico, social e econômico. Parques e prédios vão chegar ao Tietê e a construção de "prédios verdes" receberá incentivo fiscal. Realizar a inspeção veicular, mas sem cobrança de taxa.

SAÚDE:

- implantar uma rede de atendimento mais ampla, rápida e que chegue mais perto da casa das pessoas, mesmo as que moram longe da região central. As propostas nesta área incluem mil novos leitos hospitalares, três novos hospitais, a Rede de Saúde Hora Certa, composta de 31 Centros de Saúde, uma para cada subprefeitura. Os centros terão tecnologia para realização de exames complexos e alguns tipos de cirurgias. E mais: cinco novos pronto-socorros, 43 novas Unidades Básicas de Saúde, prontuário eletrônico e plano de carreira para os profissionais da área.

SEGURANÇA:

- São Paulo terá o Programa Territorializado de Prevenção da Violência e da Criminalidade, com firmeza e clareza nas ações sociais. O enfrentamento da violência requer, em alguns campos, ação intersetorial, que envolve Saúde, Assistência Social, Emprego, Renda, Educação, Ambiente Urbano, Cultura, Lazer e Esportes. Fortaleceremos a Guarda Civil Metropolitana, ampliação do efetivo, reforçando, no entanto, o seu caráter comunitário.

TRANSPORTE:

- o Bilhete Único Mensal, com valor fixo, sem limite de viagens, permitirá mais deslocamentos com menos recursos, otimizando o uso do sistema e levando mais pessoas a deixarem seus carros de lado e optarem pelo transporte público. Para atender ao aumento da demanda, serão 150 km de corredores, mais 150 km de faixas exclusivas e apoio financeiro ao Metrô, com exigência de metas.

A íntegra das propostas de Haddad está disponível no link: http://pensenovotv.com.br/areas/programa_governo_antigo

CULTURA:

- o plano de cultura está diretamente ligado ao desenvolvimento dos bairros, com a recuperação de áreas subutilizadas e a construção de dois novos Centros Culturais na Zona Leste e na Zona Sul. Além disso, a cidade vai ganhar o Fundo Municipal de Cultura.

EDUCAÇÃO:

- ampliação gradual da oferta de ensino em tempo integral, com sete horas de atividades em dois turnos. Numa primeira fase, serão atendidos 100 mil alunos.

- construção de 20 CEUs, seguindo o modelo original do projeto;

- implantação de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil nas subprefeituras, para formação continuada de professores, oferecendo, inclusive, mestrado e doutorado;

- universalização do atendimento às crianças de quatro a cinco anos de idade;

- construção de pelo menos 172 CEIs por meio de adesão ao Programa Pró-Infância do governo federal;

- atender a 150 mil novas matrículas na educação infantil em rede própria e por meio de parcerias com os governos federal, estadual e entidades comunitárias conveniadas;

- ampliar o Mova e articulá-lo com o Cieja e a EJA e integrar estes programas ao Brasil sem Miséria, para a localização desse público de analfabetos e analfabetos funcionais;

ESPORTE E LAZER:

- ampliar a infraestrutura e o investimento na promoção de atividades esportivas para os jovens, criando espaços efetivos. A cidade vai ganhar, por exemplo, dois Centros Olímpicos, um na Zona Leste e outro na Zona Sul, e um parque de esportes radicais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

- levar atividade, serviços e emprego para todas as regiões paulistanas, pensando nas suas carências e necessidades.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

- o programa São Paulo sem Miséria vai integrar a cidade ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a rede de proteção social organizada pelo governo federal que abarca uma série de programas individuais. Garantir a construção de, no mínimo, 60 novos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREA) em cada subprefeitura.

DESENVOLVIMENTO URBANO:

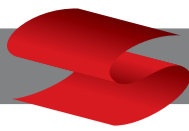
- descompressão do centro expandido, promovida pelo Arco do Futuro para encurtar distâncias, descongestionar trajetos, aproximar lugares.

DIGNIDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

- em habitação, construção de novas unidades de moradia em bairros mais distantes. Esta ação será acompanhada da instalação de equipamentos e serviços públicos de primeira linha, de esportes e lazer, e centros de cidadania. Outro aspecto é o investimento em programas que contemplem e integrem a população e seus vários tipos de necessidades. Haverá programas para pessoas portadoras de deficiências, populações indígenas, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes. Serão criadas as secretarias das Mulheres e da Igualdade Racial.

GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO:

- criação do Imposto Inteligente: reduzindo, em algumas regiões da cidade, o ISS e o IPTU, este último até zero, de acordo com a necessidade de desenvolver as regiões e aproximar o emprego da moradia do trabalhador. Revisão das regras de Potencial Construtivo, para permitir a chegada de novos empreendimentos a lugares pouco desenvolvidos. As subprefeituras serão fortalecidas. A cidade vai ganhar uma Controladoria Geral do Município, para fiscalizar e prevenir a cor-



SINPEEM quer alterações na lei que cria referências

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal, o Projeto de Lei Substitutivo ao PL nº 310/12 do Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos de assistente de diretor para CEIs, pagamento de abono complementar de piso para os comissionados do quadro de apoio e ampliação de duas referências nas tabelas dos docentes e gestores, ainda tramitará pelas Comissões de Finanças e Orçamento; Administração Pública e, finalmente, pela Comissão de

Educação, antes de ser votado em plenário pelos 55 vereadores.

O substitutivo altera os tempos para o alcance das novas referências e inclui os aposentados ao enquadramento nas novas referências, reivindicações defendidas pelo SINPEEM durante a campanha salarial da categoria deste ano.

Além das reivindicações que foram incorporadas ao projeto original do Executivo, o SINPEEM defende e incluirá no PL Substitutivo a manutenção, em regulamentação

por Decreto, dos títulos com pesos que aceleram os enquadramentos, permitindo que o enquadramento na última referência aconteça com menos tempo. Reivindicamos, ainda, que todos os profissionais que se aposentaram na última referência sejam enquadrados na última da nova tabela.

O SINPEEM defende e proporá também a inclusão das seguintes reivindicações, apresentadas durante a campanha salarial da categoria deste ano:

- 1 - abono complementar de piso para os comissionados do quadro de apoio retroativo ao mês de maio de 2011 e não a maio de 2012, como consta do Projeto;
- 2 - transformação de todos os agentes de apoio em agente escolar e enquadramento no QPE nas referências relativas ao seu tempo;
- 3 - fixação do QPE-06 como referência inicial para o cargo de ATE;
- 4 - pagamento de diferença por exercício de função para o ATE;
- 5 - investidura no cargo de secretário de escola por concurso público;
- 6 - transformação dos atuais agentes escolares em ATEs e enquadramento nas referências deste cargo;
- 7 - ampliação do percentual e efetivação da Gratificação por Local de Trabalho, prevista na Lei nº 14.660/07;
- 8 - volta do direito de incorporação da remuneração por exercício de jornadas especiais, cargos e funções para fins de aposentadoria;
- 9 - cursos periódicos oferecidos pela SME, inclusive dentro da jornada de trabalho do cargo ou de opção, com validação para evolução funcional;
- 10 - fixação de novo prazo para os professores que continuam na JB optarem pela JBD como jornada do cargo.

Plano Municipal de Educação tramita na Câmara

O Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação, em discussão na Câmara, peca pela superficialidade. As 22 metas nele contidas e as estratégias para que sejam alcançadas não refletem o total nem o teor do que foi aprovado na Conferência Municipal de Educação.

Por esta razão, na audiência pública realizada em 12 de novembro pela Comissão de Educação da Câmara Municipal, as entidades

reivindicaram que sejam realizadas mais oito audiências públicas antes de sua votação, que deve ocorrer até o final do primeiro semestre de 2013.

O SINPEEM, que participou ativamente da Conferência Municipal de Educação, que debateu e deliberou sobre os princípios, diretrizes, metas e estratégias que devem constar do PME, quer amplo debate do projeto e entende que esta discussão não pode estar desvinculada do

orçamento da cidade, Plano Plurianual e até mesmo do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, a ser debatido e aprovado no próximo ano.

Durante o 23º Congresso, tratamos as questões que devem constar do PME como prioritárias. Então, devemos exigir que o processo seja conte com a participação dos profissionais de educação e usuários das escolas, através de suas representações.

Férias coletivas e recessos são conquistas do SINPEEM

Com a publicação da Portaria que dispõe sobre o Calendário Escolar 2013, consolida-se a conquista obtida pelo SINPEEM, através de emenda apresentada pelo presidente do sindicato e vereador Claudio Fonseca, para assegurar férias coletivas e recesso em julho também para os CEIs e Emeis.

A proposta original do governo, não continha estes direitos, mas a atuação acertada do SINPEEM, associando a luta, pressão e negociação, com apresentação de proposta modificativa pelo vereador Claudio Fonseca, que conseguiu a aprovação dos vereadores e sanção do projeto de lei, pelo prefeito, tornar o direito realidade. Com certeza, por mais que outras organizações informem o contrário e atribuam a eles este êxito, não tem como negar que este direito só foi possível pela luta do SINPEEM.

Veja os artigos referentes aos recessos e férias contidas na Portaria nº 5.969, publicada no DOC de 13 de novembro de 2012:

.....

Art. 2º - As Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), de Ensino Fundamental (Emefs), de Ensino Fundamental e Médio (Emefms) e de Educação Bilíngue para Surdos (Emebbs) e os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (Ciejjas) deverão elaborar o seu Calendário de Atividades de 2013, assegurando o cumprimento mínimo de 200 (duzentos) dias e 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar e considerando como datas e períodos comuns:

I - férias docentes:

- de 02/01/13 a 31/01/13.

.....

III - períodos de recesso escolar:
julho - de 06/07/13 a 21/07/13, para alunos e professores;
dezembro - de 21 a 31/12/13, para todos os funcionários, exceto vigias.

.....

Art. 4º - No Calendário de Atividades dos Centros de Educação Infantil (CEIs) da Rede Municipal de Ensino, para 2013, deverão estar previstos:

.....

III - férias docentes - de 02/01/13 a 31/01/13;

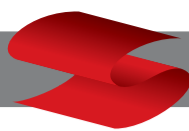
XII - períodos de recesso escolar:

julho - de 06/07/13 a 21/07/13, para crianças e professores;

dezembro - de 21 a 31/12/13, para todos os funcionários, exceto vigias.

Acesse o site www.sinpeem.com.br

cadastre seu e-mail e receba nossas correspondências



SINPEEM conquistou enquadramentos por evolução funcional dos agentes escolares e ATEs

A ampliação da quantidade de referências na tabela de vencimentos do quadro de apoio foi uma importante conquista do SINPEEM (incluída na Lei nº 14.660/07 e alterações introduzidas pelas Leis nº 14.715/08 e nº 15.215/10), obtida através das manifestações, greve e de todo o processo de negociação com a SME e demais Secretarias da Prefeitura.

Para o agente escolar, conquistamos quatro

referências. A tabela foi ampliada com as referências do QPE-05 ao QPE-08. Para o ATE, conquistamos o direito do enquadramento por evolução até o QPE-14.

Assim, para quem ingressou como ATE I e que antes poderia chegar somente até o QPE-06, conquistamos o direito de chegar, por evolução funcional, até o QPE-14.

Já o ATE II, que antes poderia chegar até o

QPE-10, com a conquista do SINPEEM agora pode, por evolução funcional, chegar até o QPE-14.

Vitória importante da luta realizada pelo SINPEEM, que já implicou em enquadramento por evolução de milhares de profissionais do quadro de apoio em 2011 e também agora, com a publicação dos novos enquadramentos no DOC do dia 04 de outubro.

Ampliação das tabelas com novas referências é conquista do SINPEEM, exclusiva para as carreiras do QPE

A ampliação de referências nas tabelas de vencimentos do quadro de apoio e também do quadro do magistério é conquista de grande repercussão e valor para a nossa categoria.

Desde 2003, a Prefeitura vem reestruturando as tabelas do Quadro do Pessoal de Nível Básico, Nível Médio e Superior, reduzindo a quantidade de referências dos agentes de apoio (vigias), agentes de políticas públicas (AGPPs) e carreiras do nível superior.

Pertencemos ao Quadro dos Profissionais de Educação (QPE), o único quadro que não perdeu, e ainda conseguimos ampliar a quantidade de referências. Vitória obtida através da luta da categoria, como sempre, organizada pelo SINPEEM.

Mesmo com a publicação dos enquadramentos no DOC de 04 de outubro, continuamos defendendo e lutando por mudanças nos critérios para evolução funcional do quadro de apoio.

Para que todos possam alcançar a última referência de cada cargo, reivindicamos:

- redução dos interstícios de tempo para os enquadramentos do agente escolar;
- não vinculação do enquadramento por evolução à avaliação de desempenho;
- enquadramento pelos mesmos critérios dos docentes: tempo; tempo e títulos combinados e títulos, exclusivamente;
- oferecimento de cursos pela SME e valorização dos títulos, para ATEs e agentes escolares, reconhecidos para fins de evolução funcional.

SINPEEM cobra o atendimento às demais reivindicações do quadro de apoio

Esta em tramitação na Câmara Municipal, o Projeto de Lei encaminhado pelo prefeito, dispendo sobre a criação de cargos de assistente de diretor, pagamento de abono complementar de piso para os auxiliares administrativos de ensino e de secretaria comissionados e ampliação da quantidade de referências nas tabelas de vencimentos dos docentes e gestores.

O SINPEEM acompanha e luta para que este Projeto além de ser alterado no conteúdo das propostas apresentadas pelo governo inclua também itens que reivindicamos para o quadro de apoio.

Somos contra a terceirização dos serviços de merenda, limpeza, manutenção, segurança e vigilância. Exigimos a ampliação da quantidade de cargos de agentes escolares e realização de concurso. Defendemos e queremos urgência na transformação dos atuais agentes escolares em ATEs, conforme aprovação das nossas assembleias.

Queremos o QPE 06-A como referência inicial do cargo de ATE, com o consequente enquadramento dos atuais agentes transformados. Exigimos que o governo cumpra a proposta de integrar os agentes de apoio em exercício nas unidades da SME no Quadro dos Profissionais de Educação e que os ATEs recebam diferença por exercício de função.

REIVINDICAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

- fim das terceirizações;
- acomodação de todos os agentes considerados excedentes na unidade em que se encontravam ou na mais próxima à sua residência;
- realização de concurso de acesso para provimento dos cargos do quadro de apoio e redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários;
- integração do agente de apoio ao Quadro dos Profissionais de Educação, com extensão de todos os direitos a eles;
- reorganização do quadro de apoio, com criação e novos cargos e funções para atender a todas as necessidades operacionais, administrativas e técnico-administrativas, conforme proposta de quadro e carreiras, aprovada nos encontros realizados pelo SINPEEM;
- realização de concurso para o provimento do cargo de secretário de escola e enquadramento em referência superior à atual.

Informações sobre atualização cadastral, filiação, desfiliação, cursos, certificados, declarações, convênios e outros.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

ENTREVISTA

Presidente fala sobre os desafios do sindicato para o próximo período

Em entrevista ao Jornal do SINPEEM, o presidente Claudio Fonseca faz uma avaliação do governo Serra/Kassab, da atuação do sindicato e dos desafios da categoria com a administração de Fernando Haddad (PT) a partir de 01 de janeiro de 2013

1 - Qual a avaliação que o SINPEEM faz da administração Serra/Kassab para a cidade de São Paulo?

Claudio Fonseca - Pode ser avaliado por várias ações, projetos e programas que desenvolveu durante seu mandato e em diferentes momentos. É o governo do programa "Cidade Limpa", bem recebido pela população; do Programa de Transferência de Recursos Financeiros para as escolas, da lei que visa mitigar os efeitos da produção do CO₂ no clima, da negociação de dias em que realizamos greve, do Ler e escrever, da aposentadoria especial de magistério para os readaptados, da fixação dos pisos e incorporações de abonos aos padrões de vencimentos dos ativos e aposentados da educação, do aumento de referências para o quadro de apoio, da realização de concursos, da transformação de adjuntos em titulares. Ou seja, um governo em que conseguimos negociar alguns itens da nossa pauta, mas que também, a exemplo de outros, não atendeu tudo.

É, também, o governo que aprovou as Operações Urbanas, que ainda não foram executadas; concedeu aumentos para o primeiro escalão do governo, deixando os demais servidores públicos, exceto da educação, com 0,01%; que doou recursos públicos para construção de estádio de futebol privado, entre outras medidas que não contaram com o apoio da parte da população nem com o meu apoio.

Há pontos positivos e negativos, mas foi com quem a educação municipal conquistou, através



“Nossas reivindicações, encaminhamentos e campanhas foram aprovados no 23º Congresso. A pauta será entregue ao governo no início de 2013”

“Defendemos isonomia entre ativos e aposentados...”

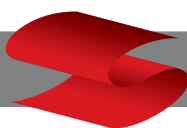
das lutas, pressões e greves, os maiores índices de reajustes nos últimos anos e outros direitos importantes.

2 - Dá para fazer um balanço das conquistas obtidas pelo sindicato para os profissionais de educação?

CF - Como disse anteriormente, não conseguimos tudo o que reivindicamos, mas, associando a realização de pressões com negociação e a minha representação parlamentar na Câmara, obtivemos conquistas importantes. Entre elas:

- fixação da JBD e sua remuneração, como direitos do cargo docente, mesmo quando o professor está sem regência;

- direito de JEX para os professores em Jeif;
- aposentadoria especial de magistério para os readaptados;
- retirada da equipe escolar a gestão de vários programas, como Leve-leite e distribuição de uniforme, por exemplo, que subtraia o tempo para o processo ensino/aprendizagem;
- elevação dos valores dos pisos, através de abonos e incorporação aos padrões de vencimentos dos profissionais de educação ativos e aposentados com direito à paridade, que resultaram em reajustes de 66,95%, entre 2008 de 2012, e mais 24,98%, entre 2013 e 2014;
- ampliação de referências na tabela do quadro de apoio: agente escolar - quatro referências; ATE I - oito referências, e ATE II - quatro referências;



- transformação de 13 mil professores adjuntos em professores titulares, fixando a JBD e a remuneração desta jornada como direito, bem como sua lotação na unidade escolar;
- pagamento do auxílio-alimentação para quem tem remuneração de até cinco salários mínimos, mantendo também o vale-alimentação;
- aumento do valor do PDE e pagamento em duas parcelas, sem descontos sobre a primeira;
- elevação de duas referências para docentes e gestores, que aguarda a aprovação da Câmara;
- negociação e aprovação em lei do direito de recesso e férias para as Emeis e CEIs
- realização de concursos públicos e convocação dos aprovados;
- direito à hora/atividade em CEIs;
- redução de 12 horas para 10 horas de permanência de crianças nos CEIs.

3 - Quais as principais reivindicações que ficaram pendentes?

CF - Retorno dos 30% das receitas para a manutenção e desenvolvimento da educação, transformação do agente escolar em ATE, integração do agente de apoio no QPE; redução da quantidade de alunos por classe/turma, conforme o que reivindicamos; reorganização do quadro e carreira do pessoal de apoio, alteração dos quesitos quanto à evolução funcional do magistério e do quadro de apoio, antecipação do pagamento das parcelas de reajustes aprovados para 2013 e 2014 com o salto e ampliação de referências das tabelas de vencimentos, reestruturação de todos os prédios escolares para assegurar mobilidade e acessibilidade total, centros de formação profissional e política de formação, entre outras.

4 - Os profissionais de educação têm garantidos em lei reajustes de 10,19% e 13,43% para maio de 2013 e maio de 2014, respectivamente. Existe a possibilidade de o novo prefeito revogar estes aumentos?

CF - Trata-se de direito conquistado por nossa luta e fixado em lei. Para deixar de cumprir este direito a lei tem de ser revogada. Logicamente, não contamos com isto e quem pretender descumpri-la contará com a nossa vigorosa reação.

5 - Tramita na Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 310/12, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o aumento de duas referências na tabela de vencimentos dos docentes e gestores. Com o novo governo, quais as chances dele ser aprovado?

CF - Queremos a aprovação ainda em 2012 e lutamos para que seja modificado. Defendemos isonomia entre ativos e aposentados, redução dos tempos previstos para os enquadramentos nas duas referências que serão acrescidas, abono com-

plementar de piso para os comissionados retroativo a maio de 2011; transformação do agente escolar e integração do agente de apoio no QPE, entre outras. Caso, não seja aprovado este ano, lutaremos para que aconteça no primeiro trimestre de 2013.

6 - O governo também enviou para a Câmara o PL que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação. Quais os prós e contras da proposta?

CF - Trata-se de uma proposta muito genérica, que não incluiu sequer itens que foram aprovados na Conferência Municipal de Educação. Está na Câmara e defendemos que seja alterado.

7 - Existe a possibilidade de ele ser votado ainda neste ano? O SINPEEM apresentará emendas a este PL? Quais?

CF - No dia 12 de novembro, na qualidade de presidente da Comissão de Educação, ouvi em audiência pública, várias entidades sindicais e outras organizações como a Rede Nossa São Paulo, Geledés, Ação Educativa, que solicitaram a realização de outras audiências e a aprovação no próximo semestre. Dificilmente o PME reunirá condições para ser aprovado ainda este ano.

8 - Como funciona a tramitação de um Projeto de Lei no Legislativo?

CF - Todo e qualquer projeto inicia sua tramitação ao ser protocolado pelo autor (prefeito ou vereador) e lido em plenário. Após a leitura é publicado no DOC e é encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, para o seu parecer. Com o parecer de legalidade e constitucionalidade desta Comissão, segue para as demais Comissões Técnicas da Câmara e depois para ser incluído na pauta de votação do plenário de vereadores.

“ ...transformação do agente escolar e integração do agente de apoio ao QPE...” ”



9 - O seu mandato de vereador termina em 31 de dezembro. Qual o balanço que você faz de sua atuação no Legislativo? Quantos projetos apresentou e qual a importância dos mesmos para a categoria?

CF - É muito difícil julgar a mim mesmo. Mas, considero que cumpri as minhas obrigações como parlamentar. Apresentei 98 PLs. Aprovei a lei que dispõe sobre o Conselho Regional de Gestão Participativa na Educação; a lei que dispõe sobre diretrizes para a política de formação dos profissionais de educação, emenda que garantiu as férias e recesso nos CEIs, fim da Lei da Mordaza, emenda orçamentária para cobertura das quadras esportivas das escolas; alteração nos projetos encaminhados pelo prefeito garantindo incorporação de abonos e gratificações que resultaram em reajustes para os profissionais de educação ativos e aposentados, bem superiores aos concedidos aos demais servidores que, infelizmente, ficaram somente com 0,01%. Vários projetos de minha autoria como o que transforma o agente escolar em ATE e integra o agente de apoio ao QPE; que dispõe sobre destinação de imóveis para servidores; assegura afastamento remunerado para frequentar cursos, garante uniforme e equipamento de segurança para o quadro de apoio, obriga a Prefeitura a construir refeitório e vestuário para os profissionais de educação nas escolas, entre outros, continuam tramitando na Câmara.

Sou o vereador 100% presente nas sessões e reuniões temáticas da Câmara e participei de todos os debates sobre todos os temas da cidade.

10 - O que mudará no SINPEEM a partir de 2013 em termos de estrutura e atendimento aos associados?

CF - O SINPEEM contratou e está terminado a organização de toda a sua plataforma de informática que permitirá mais agilidade na comunicação e prestação de muitos serviços. Estamos também construindo o nosso Centro Cultural, com teatro e estúdios que permitirão uma boa programação voltada à formação e apresentações culturais. Queremos também avançar na oferta de serviços na área do atendimento à saúde dos nossos associados.

Aumentar a oferta de serviços, sem jamais renunciar à nossa tarefa principal de defender os direitos e atendimento das reivindicações da categoria.

11 - Quais os principais desafios da categoria na administração de Fernando Haddad?

CF - Como sempre, e em todas as administrações, são os de garantir e ampliar direitos.

12 - O SINPEEM já tem um plano de lutas definido para o próximo ano? Como foi ou será definido?

CF - Aprovamos no 23º Congresso as nossas reivindicações, encaminhamentos e campanhas. No início do ano, entregaremos ao novo governo nossa pauta e, como sempre fizemos, independentemente do governo, vamos solicitar que seja instalado o processo de negociação. Havendo necessidade, e a vida tem demonstrado que sempre foi necessário, realizaremos as pressões para que sejamos atendidos.

23º CONGRESSO DO SINPEEM

Delegados debatem e aprovam propostas e reivindicações da categoria



O Congresso contou com a participação de 3,8 mil profissionais de educação

Em sua 23ª edição, o Congresso de Educação do SINPEEM, com o tema “Educação pública: compromisso do Estado e da sociedade”, reuniu 3,8 mil delegados - eleitos por seus pares em seus locais de trabalho - entre os dias 06 e 09 de novembro, no Palácio das Convenções do Anhembi.

No cadastramento, o delegado recebeu uma pasta com os cadernos de Texto Referência e de Sinopses das palestras, Regimento, Dinâmica, caneta, bloco de anotações, squeeze e um pen drive de 4 GB, além dos tíquetes para almoço dos quatro dias.

Nas plenárias realizadas nos dias 7 e 8 de novembro, os delegados debateram e aprovaram as propostas que devem ser defendidas pela categoria em relação à política educacional da cidade de São Paulo e o eixo da Campanha Salarial de 2013.

Foram aprovadas as diretrizes gerais e metas que devem ter como princípio a defesa da educação pública, gratuita e laica para

todos, em todos os níveis. Para o SINPEEM, estas diretrizes visam à democratização do acesso e permanência na escola e a urgente necessidade da elevação da qualidade do ensino, com a valorização de seus profissionais, por meio de melhores salários e formação continuada.

Também foram aprovadas a defesa da gestão democrática do sistema educacional e da escola, palco privilegiado para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

Educação infantil, ensino fundamental, educação inclusiva, fixação do número máximo de alunos por sala de aula; proposta de módulos de docentes, gestores e quadro de apoio, educação integral, educação de jovens e adultos, violência, financiamento da educação, gestão democrática regimento escolar, Conselho de Escola e Plano Municipal de Educação fazem parte da política educacional debatida durante o 23º Congresso.

Presidente destaca a relevância do trabalho do SINPEEM

Na cerimônia de abertura do evento, o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, destacou a importância do sindicato, que se consolidou como maior entidade representativa dos profissionais de educação de São Paulo e há mais de duas décadas se mantém independente e democrático na luta pela educação pública laica e de qualidade social para todos.

Também destacou que o congresso promovido pelo SINPEEM é um importante espaço democrático da categoria, no qual são apresentadas e debatidas propostas dos delegados referentes às políticas municipal, estadual e nacional; além das questões educacionais e funcionais dos profissionais de educação. “O congresso sempre foi, e continuará sendo uma das principais instâncias de debate dos profissionais de educação”, ressaltou o presidente.

Os convidados para a abertura do congresso também enfatizaram a importância da valorização dos profissionais do setor para que possa-

mos alcançar, de fato, a educação de qualidade tão almejada por todos.

Para Fátima Aparecida da Silva, da direção da CNTE, “precisamos de uma política nacional de educação eficaz e temos como grandes embates o aumento do percentual do PIB destinado ao setor, de 5,2% para 10%, e a luta do conjunto de seus profissionais em defesa da educação pública de qualidade”,

Francisca Pereira da Rocha Seixas, da direção estadual da CTB São Paulo e membro da diretoria da Apeoesp, falou sobre a mudança de governo municipal, a partir de janeiro de 2013, e a necessidade de a categoria avançar na questão da gestão democrática.

João Marcos de Lima, secretário-geral da Afuse, por sua vez, ressaltou o importante papel do quadro de apoio na organização das escolas, auxiliando docentes, gestores e os alunos no dia a dia.

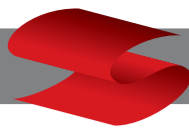
A solenidade também contou com a participação de Douglas Martins Izzo, vice-presidente da CUT

São Paulo; Altino de Melo, da direção nacional do PSTU; além do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador José Police Neto, que destacou o trabalho e

compromisso do presidente do SINPEEM e vereador, Claudio Fonseca, na defesa da educação e envolvimento com todas as políticas públicas da cidade.



Na solenidade de abertura, Fátima Aparecida, da CNTE, disse que o país precisa de uma política educacional eficaz e defendeu o aumento do PIB para a educação



23º CONGRESSO DO SINPEEM

Palestras e atividades culturais dão a dimensão da importância do congresso

Durante os quatro dias do congresso foram realizados um painel, 31 palestras e duas plenárias, nos quais foram debatidos temas importantes para o cotidiano dos profissionais de educação, desde a alfabetização, práticas educativas, violência, economia e política, até o uso de tecnologias na sala de aula, educação ambiental, inclusão, saúde e neurociência.

O evento envolveu o empenho de mais de 300 trabalhadores, desde os funcionários do sindicato aos prestadores de serviços (cadastramento, limpeza, segurança, organização das palestras, eventos culturais, som, iluminação, alimentação, entre outros), que se empenharam para garantir o sucesso de mais um congresso promovido pelo SINPEEM.

Participantes avaliam positivamente o congresso

Processo de inscrição, pagamento, elaboração e confecção do material distribuído aos delegados, transporte, controle de presença, definição de temas, contratação de palestrantes, alimentação, espaço físico oferecido. São vários os processos de toda a logística que garante a eficiência na organização dos congressos promovidos pelo SINPEEM.

Todo este trabalho tem como base as avaliações preenchidas pelos delegados no final de cada congresso. Críticas são avaliadas, corrigidas e as solicitações dos participantes são atendidas, na medida do possível.

De acordo com as avaliações esta

dinâmica tem funcionado. Prova disso é que 98% dos delegados aprovaram a organização, infraestrutura e logística do 23º Congresso, que envolveu mais de 300 profissionais.

Unidades educacionais participantes

O 23º Congresso de Educação do SINPEEM contou com a participação de delegados de 1.285 unidades educacionais, sendo:

CEIs: 283 - Ciejas: 11 - CEUs: 14 - DREs: 09 - Emebs: 06 - Emeis: 429 - Emefs: 505 - Emefms: 08



Diversidade cultural

Fotos: Fernando Cardozo

O cantor Marcelo Jeneci animou os delegados no terceiro dia do evento



Participantes do congresso se divertiram com o grupo Palavra Cantada

Neste congresso foram realizadas 14 atividades culturais.

No dia 06 de novembro, os delegados foram recepcionados no hall de entrada pelo saxofonista Zico Oliveira. Na abertura dos trabalhos o Grupo Perseptom mostrou toda a sua versatilidade, a começar pela interpretação do Hino Nacional Brasileiro. Também se apresentaram Gil Lucena e o grupo de dança Triana Flamenca.

Na quarta-feira, dia 07, foi a vez das apresentações de Ed Sax, grupo Vozes Bugras e grupo Entre Aspas, com o espetáculo "A Casa de Bernarda Alba", de Garcia Lorca.

No dia 08 se apresentaram Zico Oliveira, o grupo de dança folclórica Beija Fulô e o cantor Marcelo Jeneci e Banda.

Na sexta-feira, último dia do congresso, os delegados contaram com as apresentações de Ed Sax, do cantor Rodrigo Viana, além dos shows do Palavra Cantada e da Banda do Zé Pitoco, que fez um tributo a Luiz Gonzaga.

Já a 10ª Mostra de Arte e Cultura foi composta de uma exposição de fotos, com imagens que contam um pouco da trajetória de lutas do SINPEEM desde a sua fundação, há mais de 24 anos.

OPINIÕES



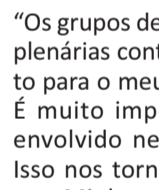
"A organização do congresso é ótima, desde o controle de entrada até a escolha dos temas das palestras e a diversidade das palestras são muito boas."

Francisca Albuquerque Ramires, auxiliar técnica de educação



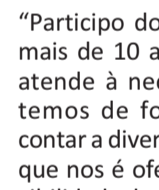
"Este foi o meu primeiro congresso e gostei muito dos grupos de interesses. Apesar do número elevado de delegados, a organização do evento foi muito boa, sem grandes problemas. Por isso, pretendo participar novamente em 2013."

Rosa Maria dos Santos de Oliveira, agente escolar



"Os grupos de interesse e as plenárias contribuíram muito para o meu aprendizado. É muito importante estar envolvido neste processo. Isso nos torna mais atuantes. Minha crítica fica por conta do desrespeito com a mesa durante as plenárias. Fazer oposição é salutar, mas o respeito deve prevalecer."

Stela Gonçalves Ribeiro, professora de ensino fundamental II



"Participo do congresso há mais de 10 anos. O evento atende à necessidade que temos de formação, sem contar a diversidade cultural que nos é oferecida e a flexibilidade de escolha de participação nas palestras. As plenárias também são ótimas, mas o tempo para as discussões deveria ser maior."

Antônia Lima da Silva, professora de Saai



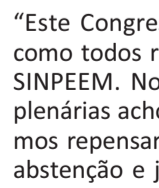
"Um evento como este contribui para a ampliação e desenvolvimento da consciência crítica do educador. O SINPEEM é forte, mas há grupos que, infelizmente, querem interferir de maneira equivocada."

Geraldo Hailton Soares, auxiliar técnico de educação



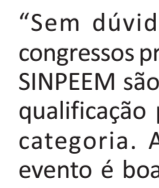
"É a segunda vez que participo do congresso. A dinâmica foi perfeita neste ano, com palestras interessantes no grande auditório. Quanto às plenárias, perde-se muito tempo com propostas utópicas e deixamos de debater questões realmente importantes para a categoria."

Victor Silva Rodrigues, professor de ensino fundamental II



"Este Congresso foi ótimo, como todos realizados pelo SINPEEM. No entanto, nas plenárias acho que deveríamos repensar a questão da abstenção e justificativa de voto, quase sempre usada sem necessidade para emperrar os trabalhos."

Rosângela Ribeiro Rocha, professora readaptada



"Sem dúvida alguma, os congressos promovidos pelo SINPEEM são ótimos para a qualificação profissional da categoria. A logística do evento é boa, mas gostaria de assistir palestras de alguns especialistas que já passaram por aqui e outras atividades culturais."

Miriam Rodrigues Sanches, professora de educação infantil e ensino fundamental I

23º CONGRESSO DO SINPEEM

Delegados debatem temas importantes para o cotidiano escolar e seu exercício profissional

Além do painel expositivo e debate sobre o tema central do 23º Congresso, os participantes tiveram a oportunidade de acompanhar e debater temas indicados anteriormente pela categoria. Trazemos nesta edição resumos de algumas palestras

“Educação pública: compromisso do Estado e da sociedade” foi o tema central do congresso



Definitivamente, a educação deve ser encarada pelos governos, em todas as esferas (municipal, estadual e federal), como uma via de mão dupla, com a divisão das responsabilidades entre o Estado e a sociedade, através da gestão democrática, que está na ordem do dia e tem de ser debatida. A partir destas discussões devem ser criadas políticas públicas eficazes, capazes de solucionar as mazelas da educação em todo o país, que conta 12,9 milhões de analfabetos, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em setembro deste ano.

Este índice é reflexo da falta de investimentos em educação, evidenciando as desigualdades sociais em um país considerado emergente e que deseja estar entre os melhores do mundo, mas que ainda é omissor e que caminha a passos lentos para a efetivação da gestão educacional democrática, que passa pela parceria entre escola, governo, país e sociedade.

“O Estado tem a obrigação de garantir a formação continuada do professor, que perdeu autonomia quanto ao currículo. É preciso recuperar o papel do professor, mola mestra do ensino”, disse Elvira Souza Lima, pesquisadora em Desenvol-

vimento Humano e Aprendizagem, Cultura e Mídia para Criança com estudos nas áreas de Antropologia, Neurociência, Psicologia, Música e Linguística.

Miguel Arroyo, PHD em Educação e coordenador da proposta político-pedagógica da Escola Plural, fez uma avaliação do papel dos sindicatos. Para ele, as entidades têm pressionado o Estado para que se responsabilize, de fato, pela educação, atrelando os direitos dos profissionais de educação ao dos educandos. Daí a necessidade de articulação dos sindicatos com os movimentos sociais. “Deve funcionar como uma engrenagem: Estado, entidades sindicais, movimentos sociais e país devem caminhar lado a lado”, afirmou.

“Educação política e compromissos éticos”

Pedro Demo, doutor em Sociologia, reforçou os argumentos de Miguel Arroyo. Para ele, o capitalismo só foi colocado contra a parede com a atuação dos sindicatos. “Através da educação política a pessoa percebe que pode fazer história e não está sozinha. É capaz de alargar espaços e não se tornar apenas massa de manobra”, disse, acrescentando que a formação política deve estar dentro do currículo.

“Filmes para ensinar os tipos de discurso”



Fotos: Fernando Cardozo

Até que ponto a “sétima arte” pode contribuir no processo de ensino/aprendizagem? Qual a forma correta de levar os filmes para a sala de aula? Estas questões foram debatidas na palestra “Filmes para ensinar os tipos de discurso”, ministrada por Cristiane Horta, professora de Língua Portuguesa e especialista em leitura e produção de texto, e Claudia Mogadouro, historiadora e consultora pedagógica.

Para Cristiane, os filmes aju-

dam no ensino da língua, em todas as áreas: filosófica, sociológica e na produção e textos desde a educação infantil. “Com o cinema mudo, por exemplo, é possível ensinar os discursos direto e indireto. O cinema em sala de aula também contribui para a organização e planejamento de textos, estabelece diálogos interdisciplinares e com a própria vida, além de ensinar as crianças a lidarem com a diferenças.”

“Raça, gênero e religião na educação”

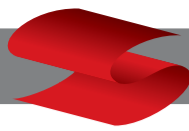
Discutir as questões de diversidade e relação de gênero e raça tornou-se relevante e necessário, para que as crianças possam desenvolver todas as suas potencialidades.

“Temos representações do masculino e do feminino. Por isso, devemos trabalhar as questões de gênero. Temos de contrapor a ideia de sexo biológico, mostrando que estas características são construídas

nos símbolos, na mídia e nos livros didáticos”, explicou Edna Oliveira Telles, pedagoga e doutora em Educação.

Porém, o trabalho de desconstrução dos estereótipos é recente. Daí a necessidade de investimento em políticas públicas voltadas para esta questão, que garantam a formação dos educadores e possibilitem a discussão com a família.





23º CONGRESSO DO SINPEEM

“A escuta das crianças pequenas e dos bebês – importância para as práticas pedagógicas”



Especialistas afirmam que desde que nascem as crianças já têm competências e iniciativa e que a socialização é fundamental para o seu desenvolvimento. Para eles, a interferência dos adultos, que culturalmente acreditam que os bebês são incapazes, refletem negativamente neste processo.

Maria Carmen Silveira Barbo-

sa, editora da Revista Pátio e orientadora de professores, e Solange Lemes de Oliveira, pedagoga e mestre em educação, chamaram a atenção para necessidade de desenvolver produção acadêmica e políticas pedagógicas direcionadas às crianças na faixa etária de zero a três anos de idade, que merecem um olhar de respeito.

“A educação necessária para uma nova sociedade”



Temos consciência de que a sociedade que temos hoje passou por um processo de transformação. Com o uso das redes sociais e da internet como um todo, o repasse das informações ganhou uma velocidade impressionante, com alcance extraordinário.

As mudanças na sociedade e nas formas de comunicação, evidenciam a necessidade de mudança também na escola pública, que precisa adequar tudo que há de

novo ao currículo e ao projeto político-pedagógico, ou seja, ao processo de ensino/aprendizagem.

“Houve uma mudança na dinâmica de como as informações são repassadas. Com o uso das redes sociais, tudo é muito rápido, exigindo dos educadores novas ações pedagógicas. Temos de trabalhar de acordo com esta nova realidade”, disse Gláucia da Silva Brito, professora da Universidade Federal do Paraná.

“Violência na escola: fatores que colaboram para sua disseminação”



Fotos: Fernando Cardozo

Quais as formas de violência que ocorrem no cotidiano escolar? Pode estar relacionada à incapacidade de organização da escola ou ser reflexo da nossa sociedade? E qual a postura da família, da escola e dos educadores diante do crescimento dos casos de violência nas escolas?

Para o consultor e palestrante Sidnei Oliveira, a permissividade dos pais criou uma geração de jovens dependentes estrutural, física e emo-

cionalmente, ou seja, imaturos para enfrentar a vida e o mercado de trabalho. Houve uma mudança de prioridades e valores. “Educar é um processo dolorido, por isso mesmo não se pode desprezar a capacidade dos jovens e das crianças. Temos de ensinar, mas é necessário que encontremos uma fórmula para que eles possam caminhar com as próprias pernas. Não podem ser socorridos o tempo todo”, afirmou.

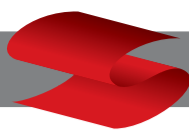
“Mulher, trabalho e educação”

Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade moderna, com as mulheres ocupando lugares de destaque no mercado de trabalho, em funções antes permitidas apenas aos homens, inclusive a presidência da República, as diferenças de gênero ainda são latentes. Apesar de as mulheres já serem, estatisticamente, maioria na população, a equiparação salarial para cargos iguais, por exemplo, ainda parece um sonho a ser alcançado a médio e longo prazos no Brasil.

Para Fátima Aparecida da Silva, secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional

dos Trabalhadores em Educação (CNTE), “não há dúvida de que os baixos salários e as péssimas condições de trabalho na educação básica são problemas que também têm origem nas relações de gênero. Daí a necessidade de os sindicatos da educação reforçarem as reivindicações das mulheres em suas pautas”. Nara Teixeira, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contae), acrescentou que “a luta sindical ainda é essencialmente masculina, em contraste com a crescente participação das mulheres no mundo do trabalho”.





23º CONGRESSO DO SINPEEM

Reivindicações aprovadas

As propostas abaixo serão debatidas pela categoria nas reuniões de representantes, Conselho Geral e deliberadas em assembleia para constar na pauta de reivindicações da categoria que será entregue ao governo no início de 2013:

- ✓ o SINPEEM organizará com as demais entidades dos trabalhadores um encontro dos serviços públicos por condições de trabalho, contra a precarização/privatização e em defesa dos serviços públicos;
- ✓ o SINPEEM, representado por sua Diretoria, participará da Campanha Nacional pela revogação das organizações sociais;
- ✓ antecipação das parcelas para 2013 – 25% já;
- ✓ aumento real de salários;
- ✓ cumprimento de todos os acordos conquistados na greve de 2012.
- ✓ evolução do quadro de apoio com os mesmos critérios e interstício dos docentes e gestores, sem avaliação de desempenho;
- ✓ garantia da JB como opção de jornada;
- ✓ garantia da JEIF para todos que por ela optarem;
- ✓ contra a política de bônus;
- ✓ enquanto persistir a política de bonificação, garantir a desvinculação do PDE das avaliações externas, sem nenhuma penalização aos trabalhadores;
- ✓ melhoria no atendimento do HSPM e descentralização do atendimento no DSS (perícias);
- ✓ redução do número de alunos por educador – por melhores condições de trabalho;
- ✓ condições reais para inclusão: redução do número de alunos na proporção de cinco para um com, no máximo dois por turma;
- ✓ ampliar o atendimento na EJA. Reabertura de salas e descentralização imediata das matrículas. Contra as escolas polo;
- ✓ campanha contra a terceirização;
- ✓ fim dos convênios e retorno imediato dos prédios para a rede direta;
- ✓ campanha de combate à violência com realização de seminário promovido pelo SINPEEM;
- ✓ afastamento remunerado para a formação dos educadores;
- ✓ contra o Projeto Ampliar. Pela autonomia pedagógica das escolas numa perspectiva de fortalecimento do seu caráter público;
- ✓ contra a utilização dos recursos eletrônicos (tablets) que visam controlar e automatizar a regência escolar, seus métodos e procedimentos didáticos;
- ✓ luta geral contra o ACE. Lutar pela anulação da reforma da Previdência;
- ✓ garantir a convocação de assembleias para que a categoria possa decidir democraticamente os rumos do movimento dos trabalhadores em educação.

MOÇÕES APROVADAS NO 23º CONGRESSO

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS POVOS INDÍGENAS

Nos solidarizamos com a luta dos povos indígenas pelo direito a terra, preservação de sua cultura e reconhecimento de seus direitos perante o Estado brasileiro.

Apoiamos a luta dos Guarani-Kaioxá contra o agronegócio e respeito aos seus territórios ancestrais.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Aos trabalhadores da Europa em luta contra as reformas, planos de austeridade e redução dos salários.

Todo apoio à luta dos trabalhadores da Europa e do mundo e a greve que se realizará em 14 de novembro.

Que os trabalhadores não paguem pela crise do sistema capitalista.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os profissionais em educação do município de São Paulo repudiam a empresa Nova Dutra que pretende, como forma de punição e intimidação, penhorar o veículo de um trabalhador que organizou manifestações contra a instalação de um pedágio na Rodovia Dutra, em Jacareí, no ano de 2001.

MOÇÃO DE APOIO

Em virtude da luta dos Guarani Kaiowá, que tem tido em suas terras historicamente ocupadas, um processo de expropriação de seus direitos inalienáveis.

Nós, delegados presentes no 23º Congresso do SINPEEM apoiamos a reivindicação dos povos indígenas em serem respeitados e que sejam protegidos pelo Estado e assim interrompam o processo de suicídio coletivo que vem promovendo.

MOÇÃO DE APOIO

Criação de cargos de educadores, merendeiras, agentes de segurança e pessoal de limpeza e pessoa de equipe gestora - diretor, assistente de diretor e secretário para os indígenas que atuam nos Cecis Tenondé Porã e Krukutu e Jaraguá.

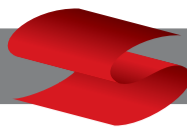
Soraia Alexandra Zanzine – RF 555.547

MOÇÃO DE REPÚDIO

Desde a implantação e criação dos Centros de Educação e Cultura Indígena (Cecis) na cidade de São Paulo, a administração dos equipamentos indígenas vem se dando pelo sistema de convênios e terceirização dos serviços.

Repudiamos a manutenção deste modo de gerenciamento que vem sendo realizado na cidade de São Paulo.

Soraia Alexandra Zanzine – RF 555.547



23º CONGRESSO DO SINPEEM

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os educadores reunidos no 23º Congresso do SINPEEM repudiam o posicionamento dos 29 deputados paulistas que votaram contra a destinação dos recursos oriundos da exploração do petróleo/pré-sal para a educação pública brasileira.

Exigem que a diretoria deste Sindicato faça um esclarecimento aberto à população, através das diferentes mídias: TV, rádio, jornal, panfletos, sobre as consequências para a educação pública da não aprovação dessa destinação.

Exigem também que a presidenta Dilma veto na totalidade do projeto a ela apresentado pelo Congresso Nacional, garantindo assim que 100% desses recursos sejam destinados para a educação pública.

EDUCADORES PRESENTES NO AUDITÓRIO8, COM A PALESTRA “ O CUSTO DO BOM ENSINO”, NO DIA 8/11/2012

MOÇÃO DE REPÚDIO À OMISSÃO DO PODER PÚBLICO EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA

Repúdio a todo tipo de violência ocorrida em

nossas escolas, em especial, a que sofremos nesse momento, ocasionadas pela guerra civil não declarada em que os trabalhadores e comunidade escolar se encontram em situação vulnerável, entre o fogo cruzado. Que o governo se responsabilize por essa violência! Por maiores investimentos nas áreas sociais.

MOÇÃO DE APOIO

Que o SINPEEM inclua no plano de lutas da categoria a defesa ampla e irrestrita da destinação dos 100% dos royalties derivados do petróleo para a educação.

Uma vez que prescinde de participação cidadã para o fortalecimento do regime democrático neste país e uma das instituições fundacionais desta formação é a escola.

Soraia Alexandra Zanzine – RF 555.547

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, delegados presentes ao 23º Congresso do SINPEEM, realizado em 2012, repudiamos a política de segurança em curso na cidade de São

Paulo, que perdeu o controle sobre a série de ataques que a população vem sofrendo e que levou ao número exorbitante de quase uma centena de municípios, com ataques recorrentes em diferentes regiões da cidade levando a cultura do medo para a escola, alunos e professores.

Assim, repudiamos o descontrole por parte do Estado levando e elevando a mortalidade em índices inaceitáveis.

Soraia Alexandra Zanzine – RF 555.547

MOÇÃO DE REPÚDIO AO CONGRESSO NACIONAL

No momento em que a Nação aspira a ampliação de recursos para a educação soubemos que a divisão dos royalties do petróleo não contempla o financiamento da educação. Assim, reivindicamos da presidenta Dilma o veto para que os recursos novos garantam as melhorias e necessidades da educação.

Proposta de módulo do quadro dos profissionais de educação

Durante o 23º Congresso de Educação do SINPEEM, os delegados debateram e aprovaram modificações no módulo dos profissionais de educação - docentes, gestores e quadro de apoio.

Tal proposta pretende dotar as escolas de um número suficiente de educadores para realizar, em melhores condições de trabalho, a tarefa de construir uma educação e qualidade.

Compreendemos que esta proposta pode ser melhorada em debates posteriores, a serem realizados com a categoria. Entretanto, o financiamento é essencial para a realização desta mudança. O retorno do percentual de 30% para o desenvolvimento e manutenção do ensino é imprescindível para efetivas as mudanças.

CEIs		
AGENTE ESCOLAR		
Agrupamentos	Merenda/limpeza	Total
1 a 8	6 + 5	11
9 a 15	8 + 5	13
16 ou mais	10 + 5	15

CEIs - EMEI - EMEF - EMEFM - EMEBS	
VIGIA (AGENTE DE APOIO)	
4 agentes de apoio (vigilância) para cada unidade escolar, sendo 2 diurnos e 2 noturnos, em sistema 12x36	

EMEI - EMEF - EMEFM - EMEBS			
Classes	Merenda/limpeza	4º turno	Total
Até 12	5	+2	7
De 13 a 18	6	+2	8
De 19 a 24	7	+2	9
De 25 a 30	8	+2	10
De 31 a 36	9	+2	11
De 37 a 42	10	+2	12
De 43 a 48	11	+2	13
De 49 a 54	12	+2	14
De 55 a 60	13	+2	15
De 61 ou mais	14	+2	16

EMEF - EMEFM				
AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO				
Classes	Inspetor	Secretaria	Noturno	Total
Até 10	2	2	1	5
De 11 a 20	4	2	2	8
De 21 a 40	5	3	2	10
De 41 a 60	6	4	2	12
61 ou mais	7	4	2	13

Observação: ATE também para Ceis e Emei

EMEBS			
Classes	Inspetor	Secretaria	Total
Até 6	4	2	6
7 ou mais	5	2	7

23º CONGRESSO DO SINPEEM

Proposta de módulo do quadro dos profissionais de educação

ASSISTENTE DE DIRETOR	
CEI	1
EMEI	1
EMEBS	1
EMEF	1
20 classes ou mais	2

CEIs	
COORDENADOR PEDAGÓGICO	
até 8 agrupamentos	1
9 agrupamentos ou mais	2

EMEI	
COORDENADOR PEDAGÓGICO	
Até 14 classes	1
15 classes ou mais	2

EMEF - EMEFM - EMEBS	
COORDENADOR PEDAGÓGICO	
Até 14 classes	1
15 a 50 classes	2
51 classes ou mais	3

DIRETOR	
CEI - EMEI - EMEFM - EMEBS - EMEF	1

SUPERVISOR ESCOLAR	
Manter o atual, mas exigir abertura de novos concursos	

SAAI	
Até 20 crianças - 1 educador	
Agrupar no máximo 3 escolas	

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
2 por CEI	

CEIs - PROFESSORES		
Bercário 1	4 crianças	1 educador
Bercário 2	6 crianças	1 educador
Minigrupo 1	8 crianças	1 educador
Minigrupo 2	10 crianças	1 educador

Observação: impedir o agrupamento, o mesmo que haja mais de um educador presente

POSL - POIE	
Construção de um projeto integrado entre Poie, POSL e professor regente. Este projeto definirá o número de profissionais que atuarão nas unidades escolares. Sendo três atendimentos do 1º ao 3º ano e demais anos dois atendimentos e quatro pesquisas. Sala de leitura em CEI e em Emei.	

PROFESSORES EM CJ - ENSINO FUNDAMENTAL II	
Até 8 salas por turno	1 Português/Inglês 1 Matemática/Ciências (professor de matemática pode substituir ciências) 1 Educação Física (considerando que o professor de Português possa substituir tanto as aulas de História, Geografia e Arte com textos etc.)
De 9 salas até 12 por turno	1 Português/Inglês (professor pode substituir Arte com textos) 1 Matemática/Ciências 1 História/Geografia 1 Educação Física
De 13 salas até 18 por turno	2 Português 2 Matemática 1 História 1 Geografia 1 Arte 1 Educação Física 1 Ciências e 1 de Inglês
+ de 19 por turno	2 Português 2 Matemática 2 História 2 Geografia 2 Arte 2 Educação física 2 Ciências 2 Inglês

ENSINO MÉDIO	
Manter o módulo atual	

CEIs	
PROFESSORES EM CJ	
Até 7 agrupamentos	2
De 8 a 15 agrupamentos	4
De 16 a 23 agrupamentos	6
24 agrupamentos ou mais	8

EMEI - EMEF	
PROFESSORES EM CJ - POR TURNO	
2 a 4 classes	2
5 a 14 classes	3
15 classes ou mais	5

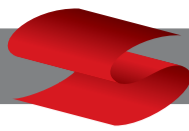
EMEBS	
PROFESSORES EM CJ	
educação infantil	4
1º ao 5º ano	5
6º ao 9º ano	8
ensino médio	12

IMPORTANTE

As Resolução do Congresso, resultantes dos debates e aprovação pela maioria dos participantes, a partir do Texto Referência e das emendas apresentadas pelos diversos grupos de associados que atuam no sindicato, estão disponíveis para consulta e impressão no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br).

E-MAILS DO SINPEEM

Centro de Orientação ao Associado (COA) atendimento@sinpeem.com.br
 Colônia de férias colonia.lazer@sinpeem.com.br
 Depto Jurídico juridico@sinpeem.com.br
 Imprensa imprensa@sinpeem.com.br
 Ouvidoria ouvidoria@sinpeem.com.br
 Presidência presidencia@sinpeem.com.br



Portaria fixa horários, turnos e quantidade de alunos por sala nas unidades educacionais

A Secretaria Municipal de Educação publicou no DOC de 13/11/2012 (páginas 19 e 20) a Portaria nº 5.971, que dispõe sobre a organização dos CEIs, Emeis, Cemeis, Emefs, Emefms, Emebs, Ciejas e CEUs, estabelecendo os turnos e horários de funcionamento, além do número de alunos por turma/sala de aula.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil será oferecida em:

I - CEIs - destinados ao atendimento preferencial de crianças dos agrupamentos de Berçário I, Berçário II e Minigrupo I e Minigrupo II, podendo atender crianças até o Infantil II, se constatada a demanda excedente na região.

II - Emeis - destinadas ao atendimento de crianças dos agrupamentos Infantil I e Infantil II, na faixa etária de quatro e cinco anos completos, podendo atender crianças de Minigrupo II, se constatada a demanda excedente na região e salas ociosas nas Emeis.

III - Cemeis - destinados ao atendimento de crianças dos agrupamentos de Berçário I, Berçário II, Minigrupo I, Minigrupo II, Infantil I e Infantil II.

Nos CEIs e Cemeis, a formação das turmas/agrupamentos deve observar a seguinte proporção adulto/criança:

- Berçário I - 7 crianças / 1 educador;
- Berçário II - 9 crianças / 1 educador;
- Minigrupo I - 12 crianças / 1 educador;
- Minigrupo II - 25 crianças / 1 educador;

Havendo necessidade de atendimento à demanda de crianças nascidas em 2007 e 2008, os CEIs poderão organizar turmas/agrupamentos observada a seguinte proporção:

- Infantil I - até 30 crianças / 1 educador;
- Infantil II - até 30 crianças / 1 educador.

Diferentes formas de organização dos grupos, previstas no projeto pedagógico da unidade educacional, não devem implicar em diminuição no atendimento à demanda.

Nas Emeis e nos Cemeis as classes/agrupamentos de Infantil I e II poderão ser formadas com até 35 alunos, respeitada a capacidade física da sala.

Nas Emebs, as classes/agrupamentos de educação infantil serão formadas com, em média, oito crianças.

Os CEIs da rede direta deverão organizar seu funcionamento no período compreendido entre 7h e 19h, de segunda a sexta-feira, em período integral de 10 horas, respeitada a necessidade da comunidade.

Os Cemeis da rede direta também deverão funcionar no período compreendido entre 7h e 19h, respeitada a necessidade da comunidade, de segunda a sexta-feira, na seguinte conformidade:

- a) em período integral de 10 horas, para a faixa etária de creche;
- b) em períodos de seis horas para crianças da faixa etária de pré-escola.

As Emeis deverão se organizar em dois turnos diurnos de seis horas diárias:

- a) primeiro turno: das 7h às 13h;
- b) segundo turno: das 13h às 19h.

Na impossibilidade de atender plenamente à demanda, as Emeis deverão funcionar em três turnos de quatro horas, sendo:

- a) primeiro turno: das 7h às 11h;
- b) segundo turno: das 11h10 às 15h10;
- c) terceiro turno: das 15h20 às 19h20.

Atendida a demanda e havendo possibilidade de organização dos espaços, poderão ser formadas turmas de oito horas diárias.

ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

O ensino fundamental de nove anos é direcionado aos alunos com idade mínima de seis anos completos ou a completar até 31/03/13, e funcionará conforme segue:

I - ciclo I - compreendendo do 1º ao 5º anos iniciais, do ensino fundamental;

II - ciclo II - compreendendo do 6º ao 9º anos finais, do ensino fundamental.

As classes dos 1ºs e dos 2ºs anos do ciclo I do ensino fundamental regular serão formadas com, até, 30 e 32 alunos, respectivamente. Nos demais anos as classes devem ser formadas com até 35 alunos.

Nas Emebs as classes de ensino fundamental serão formadas, em média, com 10 alunos.

As Emefs e Emefms funcionarão na seguinte conformidade:

I - em dois turnos diurnos:

- primeiro turno: das 7h às 12h;
- segundo turno: das 13h30 às 18h30; ou

II - em dois turnos diurnos e um noturno:

- primeiro turno: das 7h às 12h;
- segundo turno: das 13h30min às 18h30min;

terceiro turno: das 19h às 23h; ou

III - excepcionalmente, poderão funcionar:

a) em três turnos diurnos:

- primeiro turno: das 6h50 às 10h50;
- segundo turno: das 10h55 às 14h55;
- terceiro turno: das 15h às 19h; ou

b) em quatro turnos:

- primeiro turno: das 6h50 às 10h50;
- segundo turno: das 10h55 às 14h55;
- terceiro turno: das 15h às 19h;
- quarto turno: das 19h05 às 23h05.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

O atendimento da educação de jovens e adultos nas Emefs, Emefms e Emebs será organizado em conformidade com Portaria específica que reorganiza esta modalidade de ensino no município de São Paulo.

CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CIEJAs)

Nos Ciejas, o atendimento será realizado em encontros presenciais e atividades extraclasse com caráter de efetivo trabalho escolar, distribuídos em 200 dias letivos anuais, na conformidade da pertinente legislação em vigor.

Horários e turnos de funcionamento:

- I - primeiro turno: das 7h30 às 12h15;
- II - segundo turno: das 12h30 às 17h15;
- III - terceiro turno: das 17h30 às 22h15.

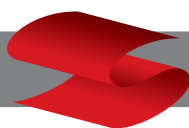
CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS

Funcionamento:

- a) de segunda a sexta-feira: das 7h às 22h;
- b) sábado e domingo: das 8h às 20h.
- c) feriados: das 8h às 18h.

Os CEUs cujas escolas de ensino fundamental funcionam no período noturno e/ou mantêm cursos da ETEC, deverão encerrar o atendimento às 23h.

Observação: a íntegra da Portaria nº 5.971 está disponível no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br), no link Legislação



SINPEEM defende redução do número máximo de alunos por sala

A redução do número de alunos por sala de aula faz parte das políticas permanentes defendidas e reivindicadas pelo SINPEEM e exige que a SME assegure acesso à escola a todas as crianças e adolescentes, adotando um modelo pedagógico que mantenha os direitos dos profissionais de educação.

No 23º Congresso de Educação do SINPEEM, realizado no início de novembro, mais uma vez o tema foi debatido pelos delegados, que aprovaram a fixação, nos âmbitos municipal, estadual e federal, do número máximo de alunos por sala de aula, de acordo com a seguinte tabela:

Criança/idade	nº de educadores	alunos por sala
0 a 11 meses	1	4*
1 ano a 1 ano e 11 meses	1	6*
2 anos a 2 anos 11 meses	1	9*
3 anos a 3 anos 11 meses	1	10*
4 anos a 4 anos 11 meses	1	15*
5 anos a 5 anos 11 meses	1	15*
Ensino fundamental	1	20
Ensino médio	1	25
Educação de jovens e adultos	1	25
Emebs - educação infantil	1	4
Emebs - 1º ao 4º ano	1	5
Emebs - 5º ao 8º ano	1	8

* impedir o agrupamento de crianças, mesmo que haja mais de um educador presente.

ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Confraternização em Ibiúna

No dia 27 de novembro realizamos a nossa festa anual de confraternização no SINPEEM Park Hotel, em Ibiúna (SP), última atividade do Núcleo dos Aposentados em 2012.

Próxima reunião

A próxima reunião dos aposentados está agendada para 05 de fevereiro de 2013, às 14 horas, no Centro de Formação do SINPEEM (rua Guaporé, 240, Metrô Armênia).

Compareçam e tragam sugestões para fortalecer a nossa organização.

Agradecimento

Agradecemos e parabenizamos a todos que participaram das atividades que realizamos durante o ano e esperamos contar com todos em 2013, nos enfrentamentos e luta do SINPEEM para garantir a manutenção e ampliação dos direitos dos profissionais de educação.

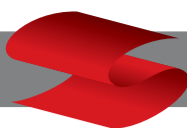


Na reunião de outubro, a dinâmica de dança circular foi desenvolvida pela professora Mônica Guberstein, que atua na Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura.

BALANCETE FINANCEIRO DO SINPEEM

Período: de 01/07/2012 a 31/08/2012

RECEITAS (+)	Valor Total
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	3.370.769,39
COLÔNIAS	181.198,34
OUTRAS RECEITAS	84.128,60
RENDIMENTO DE APLICAÇÕES	306.076,52
	3.942.172,85
DESPESAS (-)	Valor Total
LOCAÇÕES (AUDITÓRIO/SOM/EQUIPAMENTOS)	53.865,00
SERVIÇOS GRÁFICOS	115.000,00
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	7.520,00
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	71.161,79
SERVIÇOS DE TERCEIROS	157.104,97
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	23.257,05
ENERGIA ELÉTRICA	29.343,27
DESPESAS COM TELEFONE	17.664,60
VERBA DE REPRESENTAÇÃO	122.134,91
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	73.874,66
DIEESE	3.552,56
REVISTAS E ASSINATURAS	1.791,70
CORREIOS E TELÉGRAFOS	83.427,03
ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS	39.897,26
VALE TRANSPORTE	14.723,98
LEGAIS E JUDICIAIS	135.558,53
IPTU	193,92
DESPESAS BANCÁRIAS	3.032,62
SALÁRIOS	231.197,82
ENCARGOS SOCIAIS	230.256,08
ASSISTÊNCIA MÉDICA	39.060,56
DESPESAS COM CAMPANHA	2.904,78
DESPESAS DIVERSAS	34.428,47
OUTRAS DESPESAS COM FUNCIONÁRIOS	123.996,05
DESPESAS COM CONGRESSO	30.297,10
DESPESAS COM EVENTOS	14.500,00
SEGURO	986,73
DESPESAS COM SABESP	11.806,87
DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS	16.708,34
MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS	13.074,73
DESPESAS COM ELEIÇÃO - CONSELHO	9.156,03
ALIMENTOS/COLÔNIAS	87.770,98
DEVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS	6.173,39
	1.805.421,78
INVESTIMENTOS (-)	Valor Total
MATERIAL CURSO DE FORMAÇÃO	43.236,00
MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS	16.716,18
IMÓVEIS/OBRAS E INVESTIMENTOS	1.578.769,95
	1.638.722,13
RESULTADO DO PERÍODO	Valor Total
SUPERÁVIT DO PERÍODO	498.028,94
	498.028,94



PUBLICAÇÕES NO DOC

COMUNICADOS

nº 1.491 (DOC de 20/10/2012, página 34) - divulga procedimentos para formalização da opção da Jeif para 2013.

nº 1.498 (DOC de 25/10/2012, páginas 40 a 127) - dispõe sobre Edital de Abertura de Inscrições e de Procedimentos dos Concursos de Remoção 2012.

nº 1.507 (DOC de 30/10/2012, página 129) - dispõe sobre o cadastramento de alunos no Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito para 2013.

nº 1.531 (DOC de 13/11/2012, página 66) - publica a súmula da escolha de vaga dos servidores inscritos de ofício no Concurso de Remoção 2012 que não conseguiram se remover, convocados para escolha em caráter definitivo

nº 1.544 (DOC de 15/11/2012, página 29) - comunica e reitera a todos os servidores da SME que permanece vedado recusar, negar validade ou fazer qualquer distinção em relação aos diplomas e certificados de cursos e programas à distância (EAD), em quaisquer circunstâncias.

DECRETO

nº 53.499 (DOC de 27/10/2012, página 01) - suspende o expediente nas repartições municipais nos dias 16 e 19 de novembro de 2012 e determina a compensação das horas não trabalhadas, na forma que especifica.

LEI

nº 15.648 (DOC de 15/11/2012, página 01) - estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (Ciejas) na rede municipal de ensino do município de São Paulo.

PORTARIAS

nº 151/12 - Sempla (DOC de 09/10/2012, página 4) - estabelece critérios e procedimentos uniformes para a realização da opção de inclusão na base de contribuição previdenciária do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS).

nº 5.080 (DOC de 09/10/2012, página 19) - dispõe sobre a pontuação dos profissionais de educação docentes para escolha/atribuição de turnos e de classes/aulas para o ano letivo de 2013.

nº 5.081 (DOC de 09/10/2012, página 19) - dispõe sobre a pontuação dos professores de educação infantil para escolha/ atribuição de turnos de trabalho, e de agrupamento e vaga no módulo sem regência para 2013 e dos auxiliares de desenvolvimento infantil para escolha de turnos de trabalhos, todos lotados e/ou em exercício nos CEIs.

nº 5.552/12 - SME (DOC 05/10/2012, página 10) - retificação DOC 09/10/2012, página 20 - estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos.

nº 5.567 (DOC de 09/10/2012, página 19) - acrescenta uma vaga nos módulos de agente escolar das unidades educacionais que especifica.

nº 5.732 (DOC de 20/10/2012, página 16) - dispõe sobre a publicidade de alunos estrangeiros concluintes do ensino fundamental em unidade escolar da rede municipal de ensino.

nº 5.741 (DOC de 20/10/2012, página 15) - dispõe sobre diretrizes, normas e períodos para a realização de matrículas na educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA).

nº 5.837 (DOC de 31/10/2012, página 12) - dispõe sobre a realização da edição 2012 da Prova São Paulo, na rede municipal de ensino.

nº 5.854 (DOC de 01/11/2012, página 13) - dispõe sobre a participação nos Projetos Especiais de Ação (PEAs).

nº 5.968 - (DOC de 13/11/2012, página 18) - dispõe sobre o cronograma e execução de serviços nos CEIs indiretos e nas creches /CEIs da rede privada conveniada, para o ano de 2013

nº 5.969 (DOC de 13/11/2012, página 19) - dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do calendário de atividades 2013 nas unidades de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino fundamental e médio, de EJA e das Emebs da rede municipal de ensino.

nº 5.970 (DOC de 13/11/2012, página 19) - dispõe sobre diretrizes, normas e períodos para a realização de matrículas no ensino médio, no curso normal em nível médio e na educação profissional técnica de nível médio na rede municipal de ensino

nº 5.971 (DOC de 13/11/2012, páginas 19 e 20) - dispõe sobre a organização das unidades de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino fundamental e médio e dos CEUs da rede municipal de ensino.

OUTROS

DOC DE 03/10/2012 (páginas 32 e 33) - dispõe sobre o concurso público de ingresso para o provimento dos cargos vagos de professor de ensino fundamental II e médio.

Concurso público de ingresso para professor de ensino fundamental II e médio (DOC de 08/11/2012, página 33) - torna público as listas (específica e geral) dos candidatos aprovados nas provas (objetivas e dissertativa), de pontuação dos títulos, de classificação prévia e convocação para vista da prova dissertativa e da folha de respostas da prova objetiva, em ordem alfabética.

**MANDE E-MAIL E
TIRE SUAS DÚVIDAS**

legislacao@sinpeem.com.br

Legislação, informações sobre a vida funcional dos profissionais de educação e aposentadoria.

EXCURSÕES

NACIONAIS

SERRA GAÚCHA (RS) - NATAL LUZ – 20 A 27/12
Valor: 12 x R\$ 260,00.

REVEILLON - RIO DE JANEIRO – 29/12/12 A 01/01/13
Valor: em até 15 x R\$ 312,00.

SERRA GAÚCHA (RS) – 03 A 10/01/13
Valor: em até 12 x R\$ 260,00.

CALDAS NOVAS (GO) – 02 A 09/01/13
Valor: em até 12 x R\$ 132,00.

CIDADES HISTÓRICAS (MG) – 15 A 21/01/13
Valor: em até 12 x de R\$ 148,00.

DELTA DO PARNAÍBA (PI) – 03 A 10/01/13
Valor: em até R\$ 12 x R\$ 285,00.

FORTALEZA (CE) – 07 A 14/01/13
Valor: em até 12 de R\$ 285,00.

FLORIANÓPOLIS (SC) – 13 A 20/01/13
Valor: em até 12 x R\$ 128,00.

SALVADOR (BA) – 11 A 18/01/13
Valor: em até 12 x R\$ 282,00.

THERMAS DOS LARANJAIS (SP) – 23 A 28/01/2013
Valor: em até 12 x R\$ 128,00.

BONITO COM PANTANAL (MS) – 20 A 27/01/13
Valor: em até 12 x R\$ 222,00.

INTERNACIONAIS

ÁFRICA DO SUL – 10 A 22/01/13
Valor: em até 15 x US\$ 375,00.

PORTUGAL E ESPANHA – 12 A 30/03/13
Valor: em até 15 x US\$ 523,00

COLÔMBIA – 14 A 22/02/13
Valor: em até 15 x US\$ 236,00.

ITÁLIA - DE SUL NORTE A – 12 A 30/05/13
Valor: em até 15 x US\$ 523,00.

ILHAS BRITÂNICAS - INGLATERRA, ESCÓCIA, IRLANDA E PÁIS DE GALES – 09 A 24/06/2013
Valor: em até 15 x US\$ 553,00.

ALÉM DA CORTINA DE FERRO - RÚSSIA, POLÔNIA E REPÚBLICAS BÁLTICAS – 10 A 29/07/13
Valor: em até 15 x US\$ 553,00.

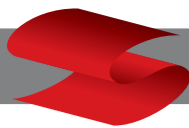
EUROPA GERMÂNICA – 02 A 20/08/2013
Valor: em até 15 x US\$ 530,00.

GRAND TOUR DA FRANÇA – 22/08 A 08/09/13
Valor: em até 15 x US\$ 523,00.

TURQUIA E GRÉCIA – 15/09 A 03/10/13
Valor: em até 15 x US\$ 523,00.

AS INSCRIÇÕES SÃO FEITAS POR ORDEM DE CHEGADA, PESSOALMENTE, NA RUA MARQUÊS DE ITU, 88 - SALA 03 METRÔ REPÚBLICA - SAÍDA CAETANO DE CAMPOS
FONE/FAX: 3221-3346

Consulte as opções completas e passeios inclusos: www.viagenshorizontes.com.br



Fernando Cardozo



Localizado na cidade de Ibiúna, a 90 quilômetros da Capital, o SINPEEM Park Hotel é ideal para quem gosta do campo e da tranquilidade que o local oferece. Com uma paisagem paradisíaca, o hotel conta com total infraestrutura para garantir conforto aos hóspedes.

Piscinas, playground, quadra poliesportiva, campo de futebol, salão de jogos, passeios a cavalos e de barco, trilhas e outras atividades garantem a diversão dos hóspedes.

SINPEEM Peruíbe Hotel: um ano em funcionamento

Em dezembro, o SINPEEM Peruíbe Hotel, no Litoral Sul de São Paulo, completará um ano de funcionamento.

O hotel está localizado no Centro de Peruíbe, de frente para o mar. Conta com ótima infraestrutura, oferecendo aos hóspedes estacionamento, piscinas, salão de jogos, fitness, sauna seca, sauna úmida, hidro-spa e churrasqueira. Funciona de quarta-feira a domingo, exceto em feriados.

As regras de funcionamento e procedimentos para inscrições estão disponíveis no site www.sinpeem.com.br

Em breve divulgaremos o calendário com todas as atividades programadas para 2013 em Ibiúna e Peruíbe. Acompanhe o site do SINPEEM e faça sua inscrição.



Mais informações sobre as colônias pelo fone 3329-4521 ou e-mail colonia.lazer@sinpeem.com.br



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

Avenida Santos Dumont, 596
CEP 01101-080
Ponte Pequena - São Paulo - SP
Fone 3329-4500
sinpeem@sinpeem.com.br

Para uso dos Correios

- | | |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____
Em ____/____/____ responsável

IMPRESSO ESPECIAL

9912252003/DR/SPM

SINPEEM

CORREIOS

